

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO
PROFESSOR: JORGE MIGUEL MAYER
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

RESENHA CRÍTICA

Beauclair, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*, Studio F&S Ed., Rio de Janeiro, 1992.

Na história do pensamento econômico brasileiro, notadamente o de matriz conservadora, a idéia de que na divisão internacional do trabalho estaríamos vocacionados para a agricultura de exportação sempre serviu de base para políticas anti-industriais desde os tempos mais remotos de nossa formação social.

É claro que por detrás deste axioma encontraríamos os interesses dos grandes proprietários de terra: dos senhores de engenho, dos barões do café... Hoje poderíamos citar os grandes empresários do chamado agro-negócio, como o atual governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, maior produtor individual de soja do mundo e talvez o também maior desmatador da floresta amazônica de todos os tempos.

Enfim, latifúndio e monocultura de exportação seriam os autores *brasileiros*¹ desta concepção no mínimo equivocada de nossa verdadeira história econômica, e os principais críticos de quaisquer medidas governamentais que porventura desviassem recursos públicos do setor primário, considerando um desperdício insano o investimento em fábricas, manufaturas ou indústrias. O nosso futuro estaria, portanto, ligado à terra, abundante e produtiva. Com os recursos da terra compraríamos os nossos produtos industriais necessários. E seríamos, assim, felizes para sempre...

A história econômica feita pelos historiadores² vem demonstrando a inconsistência desta teoria. Na verdade, progrediram aqueles países que se industrializaram, produziram e dominaram novas tecnologias e diversificaram a sua pauta de exportação, permitindo enfrentar com maior independência econômica – complemento indispensável de uma verdadeira independência política – as oscilações de preços deste ou daquele produto no mercado mundial. O nosso atraso residiu, portanto, justamente na especialização, no bitolamento de nossa economia na produção de um ou outro produto primário de exportação, com valor agregado diacronicamente inferior ao dos produtos manufaturados e sobretudo industriais. A deterioração dos termos de intercâmbio, quer dizer, a desproporção, no tempo, dos nossos preços agrícolas em relação aos produtos industriais importados foi uma das causas centrais do nosso subdesenvolvimento – mas não a única, assunto por demais extenso e que lamentavelmente não poderá ser tratado aqui adequadamente. O que importa, no entanto, é afirmar que os lucros da agricultura de exportação sempre foram privatizados pelos proprietários e comerciantes; mas quando havia prejuízos, estes eram socializados via inflação, aumento de impostos e tantos outros mecanismos destinados a fazer com que o povo brasileiro pagasse a conta, de tal forma que

¹ Latifúndio, monocultura e *imperialismo* sempre andaram de mãos dadas firmemente.

² Pode parecer um pleonasmo a expressão “História econômica feita pelos historiadores” mas a escrevo para deixar clara a distinção que faço entre uma história econômica feita por historiadores, de uma história econômica feita por economistas, e por uma razão muito simples: para os últimos, salvo raras exceções, o social não existe.

fica muito difícil mensurar os ganhos da especialização, da monocultura de exportação quando comparados aos danos por ela causados ao nosso desenvolvimento econômico-social. Não é difícil constatar, por exemplo, no interior do estado do Rio de Janeiro, nas áreas que não experimentaram certa diversificação agrícola, o que teria ficado de progresso após a decadência da monocultura: um rastro de abandono e miséria, solos esgotados, êxodo rural, enfim, cidades economicamente mortas.

O livro de Geraldo Beauclair é, pois, leitura obrigatória na medida em que ao aprofundar os estudos sobre a pré-indústria fluminense, demonstrou cientificamente que a nossa vocação agrária nada mais foi do que um mito construído artificialmente para justificar políticas de socorro a grandes proprietários rurais, uma permanência histórica até hoje muito presente entre nós. Pelo contrário, nossa vocação – se é que podemos mesmo nos expressar desta maneira – sempre foi a do desenvolvimento econômico no seu sentido mais amplo, um desenvolvimento do progresso técnico e científico e com muitas indústrias, não fossem os interesses de oligarquias agrárias a esmagar nossas potencialidades industriais nativas em detrimento dos interesses da maioria do povo brasileiro.³

O CURSO DO PENSAMENTO DE BEAUCLAIR

Ao analisar a economia brasileira do período (1808-1860), Beauclair atenta para o fato de que tal economia fazia parte de uma totalidade maior, o mercado mundial dominado por potências industriais, notadamente a Inglaterra. Insere nas suas análises econômicas os fatores políticos sem os quais a realidade não se tornaria inteligível. O diálogo que faz entre a economia e a política é perfeito, um exemplo clássico de como se deve fazer História enquanto ciência que estuda a dialética das sociedades, segundo a definição de Néelson Werneck Sodré⁴. Por exemplo, as pressões da Inglaterra sobre a Corte portuguesa.⁵ “*A Inglaterra foi a primeira nação industrial e, nestes termos, serve-nos de*

³ “Até 1930, o Estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agro-comercial, na qual predominavam as elites rurais do nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores”. (“O termo oligarquia, da forma em que é usado nesta análise, engloba capitalistas com interesses comerciais exportadores, latifundiários e elementos da burguesia agrária, designando o círculo restrito das classes dominantes da República Velha e que ainda eram economicamente poderosos durante a Segunda República”. Dreifuss, René Armand; 1964: *A CONQUISTA DO ESTADO – AÇÃO POLÍTICA, PODER E GOLPE DE CLASSE*; Vozes; Rio de Janeiro; 1981; p.38). Em 1896, começam a cair os preços do café no mercado mundial. A socialização dos prejuízos, naquela altura, já encontrava seus limites, mantidos os mecanismos tradicionais (mais impostos e inflação). Valorizar o café, era preciso. A solução, viabilizada politicamente com o afastamento do Marechal Floriano Peixoto (1894) e a descentralização federativa consolidada, estava nas mãos dos governos estaduais (diga-se, oligarquias estaduais). Estes, por sua vez, não pensaram duas vezes: para manterem os lucros dos cafeicultores, recorrem a empréstimos externos. “Para efetivar esta política [valorização do café] (...) era indispensável apoio externo. Esse apoio é encontrado no capital financeiro, e a aliança, que antes era tácita, fica estabelecida de modo ostensivo. A partir de 1898, pois, o imperialismo está instalado oficialmente na política do café. A ‘valorização’ se processa à base de empréstimos que, obtidos a alto preço, oneram pesadamente o país” (Sodré, Nelson Werneck; *FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL*; Bertrand Brasil; Rio de Janeiro; 1987; p. 304). A dívida externa triplica de 1890 para 1910. Eis aí o maior dos “progressos” que herdamos da monocultura de exportação.

⁴ Sodré, Néelson Werneck, *HISTÓRIA E MATERIALISMO HISTÓRICO NO BRASIL*, Ed. Global, São Paulo, 1987, p. 11.

⁵ “*Nos atropelos terríveis da preparação da viagem, Strangford aproveitou-se do embarque do Príncipe Regente para ir à nau ‘MEDUSA’, onde se encontrava o Ministro dos Estrangeiros, e fazer as exigências seguintes: abertura dos portos do Brasil ao comércio; tarifa especial nas alfândegas... [§] Na falta de acordo, o Almirante Sidney Smith não deixaria sair do Tejo a esquadra portuguesa; A Corte seria prisioneira dos franceses. [§] D. João teve de ceder a tudo: era o preço da proteção, era o aviltamento da soberania portuguesa*”. (SROUR, Roberto H.: *História do Brasil*). “*Se para o governo lusitano a saída para o Brasil lhe assegurava a soberania política do Reino, ainda que de imediato não garantisse a integridade física do seu território, para a Inglaterra a transmigração lusa constitui excelente oportunidade de*

modelo para o equacionamento teórico e histórico do modo pelo qual se processa a transformação mais profunda no sentido da constituição da sociedade capitalista. (...) Com relação a nosso país, dentre os acontecimentos importantes para explicação de sua economia no início do século XIX, destacam-se, justamente, o intercâmbio com a Inglaterra (e, em menor escala, com outras nações que também se industrializaram) e, internamente, a organização escravista do trabalho. O Brasil, no plano internacional, era fornecedor aos países capitalistas de açúcar, algodão, café (somente após 1850 com grande predomínio), madeiras, aguardente, couros, etc., de cujo comércio obtinha recursos para a manutenção da administração pública e para a importação de manufaturados, principalmente da própria Inglaterra, da qual não dispensou a recepção de empréstimos internos” (p. 11). O autor vê nesta relação com a Inglaterra o nosso grande problema. “É perfeitamente natural, portanto, que quase todo estudioso que se ocupe da economia dessa época, aborde, também (...) essa grande realidade e a ela atribua, não sem razão, o grande obstáculo para nossa industrialização (grifo meu)” (p. 11).

Beauclair vai demonstrar que a despeito de tal relação de dependência e subordinação com a Inglaterra ser a fundamental, ainda assim a nossa economia abria brechas para uma indústria voltada para um mercado interno importante, significativo. É para ele que o autor vai concentrar as suas atenções. “Mas isso não impede que atentemos para um outro aspecto da realidade: o estudo do **setor transformador de matérias primas** [grifo meu – não usa “indústria” pois vai definir tal conceito logo adiante] voltado para o mercado interno, a mentalidade existente diante deste quadro, as medidas adotadas pelas autoridades da época, tudo isso dentro de um espaço de tempo que limitamos entre 1808-1860 (balizamento que adiante justificamos)” (p. 11).

No período estudado, nossa economia agro-exportadora entra em crise. As dimensões desta crise sempre foi tema controverso. Ademais, “Não há como relevar a crise” (p. 11) em virtude de uma agricultura de subsistência e da existência de uma produção de gêneros para o mercado interno, fornecendo, sobretudo a partir do século XVIII, os produtos necessários aos núcleos urbanos em expansão. Cita a economia mineira como exemplo: unidades agrícolas diversificadas internamente, produzindo para consumo próprio e vendendo os excedentes no mercado local. Ora, uma vez que no período estudado foi “problemático nosso comércio externo” (p. 12) (déficits orçamentários, depreciação cambial, etc.) , do que se nutriu a economia brasileira? Resposta: do mercado interno. E nele o setor secundário, embora pequeno, desempenharia uma função muito importante.

O foco, portanto, é o estudo sobre o setor de transformação de bens. Segundo o autor, entre 1808-1860 este setor estaria num estágio de desenvolvimento pré-industrial.

O CONCEITO DE PRÉ-INDÚSTRIA

Num estágio pré-industrial:

- 1 – a principal atividade econômica é a produção agrícola;
- 2 – há uma estagnação do seu nível de vida e produtividade. “(...) o crescimento (...) é penosamente lento ou espasmódico, ou prontamente reversível (p. 13)”;
- 3 – há uma “ausência de integração entre suas regiões, disso resultando um precário sistema de comunicações (p. 13)”;
- 4 – Uma etapa verdadeiramente industrial não estaria associada à mera construção de fábricas. Tal etapa seria produto de um crescimento orgânico “no qual a característica essencial é a dependência mútua de vários setores envolvidos (p. 13)”.

consolidação de seus interesses econômicos e políticos já dominantes em Portugal, e ainda de estendê-los ao Brasil, pela conquista do mercado colonial brasileiro” (TEIXEIRA, Francisco M. P. e DANTAS, José: Estudos de História do Brasil; SP; Ed. Moderna, vol. II; Império e República, 1974).

Um verdadeiro processo de industrialização consistiria na transformação **global** de um sistema econômico-social de base não industrial (de base agrário-exportadora, no caso brasileiro). Não é a mera instalação de unidades produtivas o que caracterizaria um processo de industrialização. “*Pode ocorrer (...) um ‘surto’ sem continuidade (como ocorreu no Brasil em 1844 com a tarifa Alves Branco), por resumir-se no surgimento de unidades isoladas do contexto econômico-social e condenadas, por essa razão, a serem reabsorvidas como se fossem mera irritação superficial. Já a instauração de um processo industrializante tem raízes mais profundas, que por vezes nem mesmo se traduzem imediatamente na criação de indústria, mas que configuram um movimento que uma vez iniciado é irreversível*” (p. 13). Quer dizer, um processo de industrialização pode estar em curso sem ainda existir sequer a presença de unidades produtivas instaladas. Enfim, pré-indústria.⁶ “*Como esclarece ARRUDA [José Jobson de Andrade Arruda], quando o processo de mecanização ocorre em um dos ramos da produção, ele se difunde para outros ramos, especialmente naqueles setores industriais nos quais haja isolamento em virtude da divisão social do trabalho, de tal modo que cada um produz uma mercadoria independente, mas que constituem, no conjunto, um processo global de produção. (...) Os efeitos multiplicadores se estendem para o conjunto da sociedade, pois se revoluciona o processo social da produção, envolvendo, até mesmo, a mudança acelerada no sistema de transportes*” (p. 13).

OFICINA, FÁBRICA, MANUFATURA E INDÚSTRIA

Ao discutir a nossa pré-indústria, o autor destaca a importância da precisão conceitual dos termos “oficina”, “fábrica”, manufatura” e “indústria” já que muitas confusões e anacronismos são cometidos a respeito.

“*(...) a palavra indústria era empregada nos séculos anteriores ao nosso num sentido muito mais geral. Era o conjunto de profissões, artes, ofícios, que se exercia para sobreviver.^(...) Assim, é necessário muito cuidado ao examinar-se a documentação do século XIX no Brasil, pois indústria pode significar ao mesmo tempo ‘indústria agrícola’, ‘indústria extrativa’, ‘indústria manufatureira’, ‘indústria dos transportes’ etc.^(...) A partir da segunda metade do século, entretanto, já se tornava mais comum identificar ‘indústria manufatureira’ com indústria no sentido restrito, eliminando-se expressões como ‘indústria agrícola’ e ‘indústria comercial’, às quais já se classificava simplesmente como ‘agricultura’ e ‘comércio’.*

(...) Mas seria necessário, então, indagar o sentido do termo ‘fábrica’, mencionado para definir ‘indústria’ em sentido restrito. É fundamental a perfeita compreensão do significado deste termo no Brasil e em Portugal. (...) [Fábrica seria uma] oficina em que se fabrica ou prepara qualquer produto” (p. 16). “[Fábricas] seriam (...) unidades artesanais, oficinais e até manufatureiras (no sentido preciso que mais tarde lhe seria dado por Marx). [§] No Brasil do século XIX (primeiras décadas) o termo é tomado mais precisamente como oficina. Como diríamos hoje, uma ‘oficina bem montada’ (até com alguns maquinismos). (...) O termo fábrica (...) era aplicado às organizações de maior porte (as ‘oficinas bem montadas’ de hoje), enquanto manufatura consistia num conjunto de fábricas. [§] A diferença entre fábrica e manufatura diferia frontalmente da acepção usada hoje correntemente. (...) Mas na primeira metade do século passado [XIX] no Brasil (ou até um pouco depois) fábrica era uma organização de maior porte que uma oficina (com ou sem maquinismos), mas de menor porte que a manufatura. [§] Por exemplo, a

⁶ O termo “pré-indústria” é usado pelo autor para marcar uma diferença entre outro termo muito corrente na historiografia econômica, a “proto-indústria”, que estaria voltada para um mercado mais amplo, interregional ou internacional, como foi o caso do oeste europeu, praticamente inexistente no território fluminense.

“Fábrica de Lonas” do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro fazia parte de todo um conjunto manufatureiro do aludido Arsenal, que era, assim, composto de diversas “fábricas” e oficinas” (pp. 16, 17).

Se tivéssemos que organizar uma escala de acordo com o grau de complexidade da “unidade” produtiva teríamos, para o período estudado, primeiro a **oficina** (lugar onde se fabrica ou prepara qualquer produto), depois a **fábrica** (uma oficina “bem montada” – até com alguns maquinismos - ; uma organização de maior porte que uma oficina), em seguida a **manufatura** (um conjunto de fábricas) e por último a indústria que seria, a partir da segunda metade do XIX, a indústria manufatureira, quer dizer, indústria no sentido restrito, diferenciando-se de atividades agrícolas ou comerciais.

CARACTERÍSTICAS DA PRÉ-INDÚSTRIA FLUMINENSE

O que teria sido, então, esta pré-indústria fluminense? *“Poder-se-ia asseverar, justamente, que a pré-indústria (não proto-indústria) fluminense, longe de ser uma ‘indústria rural’ se constituiu, basicamente, de ofícios urbanos, manufaturas concentradas e outras organizações muito próprias, como as suas ‘fábricas’?” (p. 16).* Ao estudar toda a atividade “industrial” do período, conclui-se que sim. *“(…) estas oficinas e ‘fábricas’ não eram as organizações que predominavam na época em que nos ocupamos no Brasil? Não se tratava de um artesanato baseado em maquinaria?” (p. 17).*

O BALIZAMENTO

Em 1808 surgiram os alvarás estimuladores das “fábricas”, com a vinda da Corte para o Brasil. Em 1850/60 o café até então não havia ainda se firmado definitivamente como produto praticamente absoluto na pauta de exportações. Dito de outra forma, a agricultura de exportação ainda não havia retomado sua hegemonia econômica, mas estava próxima disto. Em 1850/60, portanto, se observa o fim da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação que teve um papel importante na montagem das “fábricas”, a liberação das tarifas alfandegárias, expondo os produtos internos à concorrência industrial estrangeira, e uma legislação inibidora de investimentos e participações no setor secundário (lei dos “entraves”). *“A década de 1850/60 poderia ser a de um salto industrial, mas esse evento foi adiado” (p. 19).*

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E PRÉ-INDÚSTRIA

No final do século XVIII, a economia colonial mergulhava numa profunda crise. Em 1760, aproximadamente, as exportações somavam cinco milhões de libras. A média dos últimos 25 anos do século foi de pouco mais de três milhões. Era o esgotamento da mineração. A resposta a tal crise foi encontrada na diversificação econômica, produzindo um renascimento agrícola. Neste período, a pauta dos produtos de exportação colonial chega a 126 itens, dentre eles, por exemplo, o arroz, o cacau e o anil. A diversificação preencheria um hiato entre o ouro e o futuro café.

Mas qual a relação entre a diversificação, ainda que somente agrícola, e a industrialização? *“(…) essa diversificação, por via de consequência, deveria gerar mais atividades do setor secundário do que se a economia estivesse assentada sobre a monocultura, mesmo considerando que essas atividades estivessem ‘proximamente’ associadas à agricultura ou a atividades extrativas ou de pesca. [§] Essa diversificação teria, forçosamente, que gerar número maior de agro-indústrias e setores múltiplos de beneficiamento de produtos primários. Esses setores de beneficiamento, por sua vez, iriam fatalmente estimular o número de ofícios, tais como carpinteiros, marceneiros, tanoeiros,*

cordoeiros, ferreiros, etc., ofícios esses que representariam um papel importante na medida em que se formaria um contingente mais ou menos especializado de mão de obra, num período pré-industrial” (p. 27). “No bojo do processo de diversificação se encontra o surgimento de ‘fábricas’” (p. 28). “Quando existe uma diversificação de atividades agrícolas, naturalmente aumentam as formas de beneficiamento. Essa elaboração, essa ação modificadora sobre os produtos da terra (e do mar [a caça às baleias, de onde se extraía o óleo para iluminação pública, e etc.]) tende a ser aplicada através de pequenos inventos e máquinas simples que podem evoluir pouco a pouco. Surgem, assim, pequenas oficinas, em quantidades razoáveis, que podem se desenvolver paulatinamente” (pp. 28 e 29).

Portanto, no final do XVIII, no setor secundário do Rio de Janeiro, já dispúnhamos, além da construção naval (privada e militar)⁷, ourivesaria e demais ofícios urbanos, atividades vinculadas à descascação e polimento do arroz, o cortume, produção de aguardente, elaboração do anil, cordoaria, fiação de seda, preparo do sal e finalmente a extração do óleo e demais derivados das baleias.

Mas veio o café..., e com ele o imperialismo britânico...

A INDUSTRIALIZAÇÃO ADIADA

Na década de 1850/1860 o café assume a hegemonia na pauta de exportações. Era o retorno à monocultura. Vimos que uma das características da pré-indústria é a existência de um precário sistema de comunicações. O café traz a ferrovia. Ora, a ferrovia era o sistema mais moderno de comunicação da época; o sonho de consumo de qualquer pré-indústria para chegar a sua fase adulta, quer dizer, verdadeiramente industrial. O que teria faltado para a nossa industrialização neste período? “Como seria possível, diante do crescimento da exportação de café pelo Porto do Rio de Janeiro, do crescimento das funções urbanas, da melhoria de serviços de infra-estrutura, da implantação das estradas de ferro e do grande fluxo de capitais oriundos do tráfico, que essa região não se industrializasse na década de 1850/60 ?” (p. 163). O autor demonstrará que tal não se deu em virtude do aprofundamento da internacionalização da nossa economia; o controle estrangeiro sobre o sistema bancário, a importação de material inglês para as nossas ferrovias (desmobilizava a nossa produção interna), enfim, um retorno ao mito da nossa “vocalização agrária”.

Economicamente, marchávamos para a industrialização. Foram fatores políticos, notadamente a dominação estrangeira, sobretudo inglesa, os maiores obstáculos. A associação de interesses entre o café e o imperialismo dariam a tona da política econômica do período: ao café tudo! À industrialização, nada.

Se industrialização é sinônimo de liberdade, o retorno a políticas de beneficiamento de interesses agrário-exportadores representaria o estreitamento de nossos laços de dependência e subordinação ao imperialismo. Voltávamos ao triste caminho do subdesenvolvimento.

Evandro de Oliveira Machado.
Em 06.07.2005.

⁷ O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, uma grande manufatura concentrada, foi criado para defesa da costa sul (Cisplatina) disputada contra a Espanha, mas também motivado por receios da Coroa de uma possível invasão inglesa (nota 38, p. 39).